



GABINETE DO PREFEITO

Vide Lei n° 5.040/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI N° 4.670

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, PELO PODER EXECUTIVO, A ANISTAR DÉBITOS TRIBUTÁRIOS OU SALDO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS, INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, COM VALOR CONSOLIDADO OU SALDO DE VALOR CONSOLIDADO, AJUIZADOS OU NÃO, QUE SE CARACTERIZEM EM COBRANÇAS ANTIECONÔMICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS NELSON BUENO, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Em conformidade com o inciso II, do § 3º, do art. 14, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que dispõe sobre Responsabilidade Fiscal, fica concedida anistia dos débitos inscritos na Dívida Ativa, ajuizados ou não, cujo valor consolidado ou saldo do valor consolidado seja inferior ao valor mínimo das custas judiciais para cobrança.

Parágrafo único. Os benefícios tratados por esta Lei serão concedidos limitadamente, dela excluindo-se os inscritos com dívida não tributada o contribuinte cadastrado como pessoa jurídica, quando esta for loteadora, incorporadora, corretora ou congênere.

Art. 2º Na forma dos artigos 172, 180 e 181, do Código Tributário Nacional, o Executivo Municipal fica autorizado a conceder anistia total do crédito tributário, mediante despacho fundamentado, a fim de atender:

- I – a situação do sujeito passivo;
- II – ao erro ou ignorância escusável do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
- III - a diminuta importância do crédito tributário;
- IV – as condições peculiares que possam caracterizar um mesmo grupo de contribuintes, com referência ao núcleo territorial que habitam.

§ 1º O despacho de que trata este artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições e os requisitos para a concessão do benefício.



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

§ 2º Revogado o despacho, o crédito será calculado com a imposição:

I – da atualização monetária, aplicando-se a variação do IPCA decretado pelo Chefe do Executivo Municipal;

II – multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado;

III – juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração do mês.

Art. 3º Fica considerada como cobrança antieconômica, a dívida ativa de diminuta importância, assim entendida como débito consolidado ou saldo do débito consolidado igual ou inferior a 30 (trinta) UFESP, ou seja, R\$ 446,40 (quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).

Parágrafo único. A caracterização do crédito como cobrança antieconômica decorre das despesas preparatórias ou pertinentes à execução e a incerteza quanto ao efetivo recebimento do crédito.

Art. 4º A composição dos valores dos créditos a que se refere esta Lei, denominado VALOR CONSOLIDADO, abrange a somatória do principal, com atualização monetária, multas, encargos financeiros se houver, juros de mora e demais acréscimos previstos e calculados na forma da legislação aplicável à espécie.

Art. 5º A autoridade competente para homologar o parcelamento é o Diretor Financeiro, que poderá delegá-la a autoridade subordinada, em determinados casos.

Art. 6º Em se tratando de débito ajuizado, a execução fiscal somente terá seu curso suspenso após o recolhimento, pelo devedor, das custas processuais e honorários advocatícios.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 19 de novembro de 2008.


CARLOS NELSON BUENO
Prefeito Municipal

GP - SECRETARIA

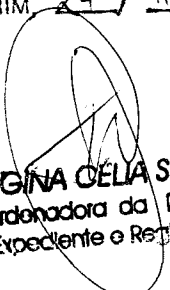
O(A) Li nº 4670

FOI PUBLICADO(A) NO ORGÃO OFICIAL DO

MUNICÍPIO (JORNAL A Comarca)

EM SUA EDIÇÃO DE 22 / 11 / 08

MOGI MIRIM 26 / 11 / 08


REGINA CELIA SILVA
Coordenadora da Divisão
de Expediente e Registro-GP



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

E R R A T A

NO ART. 5º, DA LEI MUNICIPAL Nº
4.670, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE
ANISTIA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS, ONDE SE LÊ:
"PARCELAMENTO"; LEIA-SE: "CANCELAMENTO".

Prefeitura Municipal de Mogi
Mirim, 24 de novembro de 2 008.

CARLOS NELSON BUENO

Prefeito Municipal